

Privatização e taxa de juros

Economia

Brasil

A colocação das diretrizes do próximo PND para debates pela sociedade brasileira oferece uma excelente oportunidade para definirmos, consensualmente, quais os rumos que queremos traçar para o nosso País.

Encontramo-nos, atualmente, numa invejável situação nas nossas trocas comerciais com o mundo. Através de um profundo ajustamento estrutural, conseguimos cristalizar patamares anuais superiores a US\$ 10 bilhões no superávit comercial. Já acumulamos mais de US\$ 8 bilhões em reservas e estamos honrando nossa dívida externa regularmente. Muito sofrimento foi imposto à sociedade brasileira para que estes resultados fossem alcançados. Nossa renda *per capita* hoje é mais de 10% menor do que era em 1980, como bem espelha o desemprego e o desamparo das periferias das nossas metrópoles.

Nosso parque produtivo está à míngua, sufocado por juros escorchantes, estabelecidos desta vez não pelos banqueiros nacionais, mas sim pela voracidade do setor público. No afã de financiar seus gastos descontrolados, o Governo abocanha a poupança nacional a qualquer custo, decretando a inviabilidade imediata do setor privado produtivo e evoluindo para a explosão das suas próprias contas no médio prazo.

É imperativo revertermos esta tendência. Temos que, nos valer do espaço conquistado nas contas externas para trilharmos um crescimento sustentado pela expansão do setor privado. Devemos enterrar o expansionismo desenfreado do setor público. Temos que eliminar os investimentos faraônicos, o compadrismo no uso dos recursos públicos, a letargia do empresariado nacional, anestesiado por anos de falta de uma política econômica adequada do Governo. No lugar, vamos instaurar o primado da livre iniciativa, onde a atuação do empresário ora é premiada pelo lucro legítimo, ora é penalizada pela perda do seu patrimônio.

Deixemos ao setor privado o espaço necessário para que possa investir modernizando-se, empregando os jovens que todos os anos adentram ao mercado de trabalho. Estimulemos as economias de escala dentro das empresas, para nos tornarmos cada vez mais competitivos nos mercados internacionais, termos condições de suprir o mercado interno a preços reais decrescentes e podendo ainda pagar mais impostos. Reservemos ao Governo o papel de atender os carentes, redistribuir renda e zelar pelos padrões éticos que viabilizaram a instauração da Nova República.

A Nova República não pode ser a madrinha da recessão e do desemprego. Para tanto, é primordial que as taxas de juros caiam já. Esta tem que ser a alavanca propulsora de um novo momento da nossa história. Não seremos capazes sequer de sustentar a débil retomada do crescimento que estamos observando nos últimos meses, se o Governo insistir em vender seus títulos, rendendo até 30% acima da inflação.

Temos que ter serenidade para compreender que a solução dos problemas acumulados pelo País nos últimos tempos demandará alguns anos. O próprio saneamento do setor público exigirá um esforço paciente, porém exaustivo, de corte de gastos e ampliação de receitas. Num período inicial, talvez não possamos descartar o uso de impostos temporários ou controles de preços consensuais, desde que não sejam determinados pelo arbítrio tecnocrático. O setor produtivo sabe que será chamado a colaborar e não se furtará ao dever de cooperar na viabilização de um pacto social. Entretanto, deve estar bem claro no horizonte o cenário onde se extingue o estrangulamento hoje sofrido. A redução imediata das taxas de juros seria o primeiro passo neste sentido.

MATIAS MACHLINEEmpresário
